

Empresários e autoridades do Porto de Santos farão, hoje, uma visita à Universidade de São Paulo (USP). A instituição é cotada para fazer os estudos de viabilidade para o aprofundamento do canal do Porto para 17 metros. Confira mais informações na coluna Mercado Regional, na página C-5.

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

Inteligência em logística integrada.

MARIMEX
INTELIGÊNCIA PORTUÁRIA

SEP abre chamada para análises de áreas em Santos

Glebas em Conceiçãozinha e na Ilha Barnabé são alvo de estudos

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

Interessados em apresentar estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para o arrendamento de duas áreas no Porto de Santos devem ficar atentos. A Secretaria de Portos (SEP) publicou ontem, no Diário Oficial da União, seis editais de chamamento público para a elaboração dos trabalhos. Além das duas áreas no cais santista, os terminais que serão objeto dos trabalhos estão localizados nos portos de São Francisco do Sul (SC), Suape (PE) e Rio de Janeiro (RJ).

As áreas do Porto de Santos que serão analisadas fazem parte do segundo bloco de arrendamentos, anunciado no mês passado, quando foi divulgado o Programa de Investimentos em Logística (PIL) do Governo Federal. Nessas licitações, o critério de licitação será o de maior outorga e não a equação de maior movimentação de cargas e menor tarifa.

Uma das áreas fica em Conceiçãozinha, na Margem Esquerda (Guarujá) do Porto de Santos. Ela tem aproximadamente 400 mil metros quadrados e será arrendada para a movimentação de grãos sólidos de origem vegetal. Já a segunda gleba fica na Ilha Barnabé, também na Margem Esquerda (Área Conti-



CARLOS ROSS/REUTERS

Na Ilha Barnabé, terminal terá como foco a movimentação de líquidos

nental de Santos). Neste caso, ela tem 38 mil metros quadrados e o foco é a operação de grãos líquidos.

De acordo com o edital, pessoas físicas ou empresas podem se oferecer para realizar os estudos. Basta protocolar requerimento na SEP em até 30 dias. É necessário demonstrar experiência na realização de trabalhos similares.

Os interessados poderão sugerir alterações nos aspectos da modelagem dos futuros arrendamentos. Detalhes referentes aos equipamentos a serem utilizados ou à extensão, contornos, compartilhamento e fracionamento da área a ser arrendada também podem ser sugeridos nos estudos. Cada uma das eventuais alterações deverá ser fundamentada e tec-

Os dois terminais a serem licitados no bloco 2



Conceiçãozinha - Grãos Vegetais

Nome do terminal	ST5XX
Município	Guarujá
UF	SP
Invest. previst s/ benefic.	R\$ 950 mi
Tipo de carga	Grãos
Capacidade anual de movimentação futura (em toneladas)	14 milhões
Prazo de arrendamento	25 anos



FONTE: Ministério do Planejamento

Ilha Barnabé - Grãos Líquidos

Nome do terminal	ST5YY
Município	Santos
UF	SP
Invest. previst s/ benefic.	R\$ 44,6 mi
Tipo de carga	Grãos líquidos
Capacidade anual de movimentação futura (em toneladas)	0,6 milhão
Prazo de arrendamento	25 anos

ARTE: Alex Ponciano/AT

nicamente justificada.

Além do detalhamento das atividades que pretende realizar, será necessário apresentar um cronograma que indique as datas de conclusão de cada etapa e a data final para a entrega dos trabalhos. Os interessados em realizar os estudos devem indicar à SEP o valor de ressarcimento pretendido, acompanhado de informações e parâmetros utilizados para a sua definição.

O termo de referência que contém a relação das atividades a serem realizadas e suas regras será publicado no site da SEP, no endereço eletrônico www.portosdobrasil.gov.br.

AUTORIZAÇÃO

A autorização para a realização



dos estudos será publicada pela SEP em até 15 dias após a entrega dos requerimentos. Em seguida, será dado o prazo de 60 dias para a execução e apresentação dos trabalhos. De acordo com o edital, este limite poderá ser alterado pela pasta que comanda os portos brasileiros.

Na hipótese da comissão responsável pelas análises dos estudos entender que nenhum dos trabalhos apresentados atende aos critérios estabelecidos, nenhum deles será selecionado para a execução dos trabalhos.

O valor máximo para eventual ressarcimento do estudo escolhido será de R\$ 452.851,29. O valor definido pela comissão de seleção será ressarcido exclusivamente pelo vencedor da licitação, desde que o estudo selecionado seja efetivamente utilizado no eventual certame. Em nenhuma hipótese será devida qualquer quantia pecuniária pelo Poder Público em razão da realização dos estudos.

Atrair investidores requer mudanças

DO RIO

Após o anúncio, há um mês, da segunda fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL), que projeta aportes de R\$ 198,4 bilhões nos próximos anos, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) propõe mudanças no papel das agências reguladoras para atrair o investidor privado. A ideia é tirar das agências qualquer função relacionada à definição de políticas e concentrar a atuação na fiscalização e implementação de contratos, ou seja, na estabilidade das regras.

A entidade defende que, para melhorar a condição "vexatória" da infraestrutura logística do Brasil, é preciso atacar três esferas de problemas: reduzir a pressão política sobre as agências reguladoras, resolver o dilema entre rentabilidade dos investimentos e preços das tarifas e diminuir a imprevisibilidade para o investidor.

O redesenho tornaria as agências menos interessantes para os partidos. "As decisões sobre modelos e regras da concessão, durante as fases de licitação, construção ou reforma e operação ficariam efetiva-

Concessões

"As decisões sobre modelos e regras da concessão, durante as fases de licitação, construção ou reforma e operação ficariam efetivamente a cargo dos ministérios setoriais".

Luiz Guilherme Schymura,
diretor do Ibre/FGV.

mente a cargo dos ministérios setoriais".

"As agências seriam responsáveis pela estabilidade das regras, como implementadoras e fiscalizadoras", destaca o diretor do Ibre/FGV, Luiz Guilherme Schymura.

"Regras claras e estáveis são fundamentais para o investidor. Quem tem de definir as regras claras é o poder concedente e a estabilidade das regras é dada pela agência. Esse é um modelo que é possível vingar aqui", detalha Schymura.

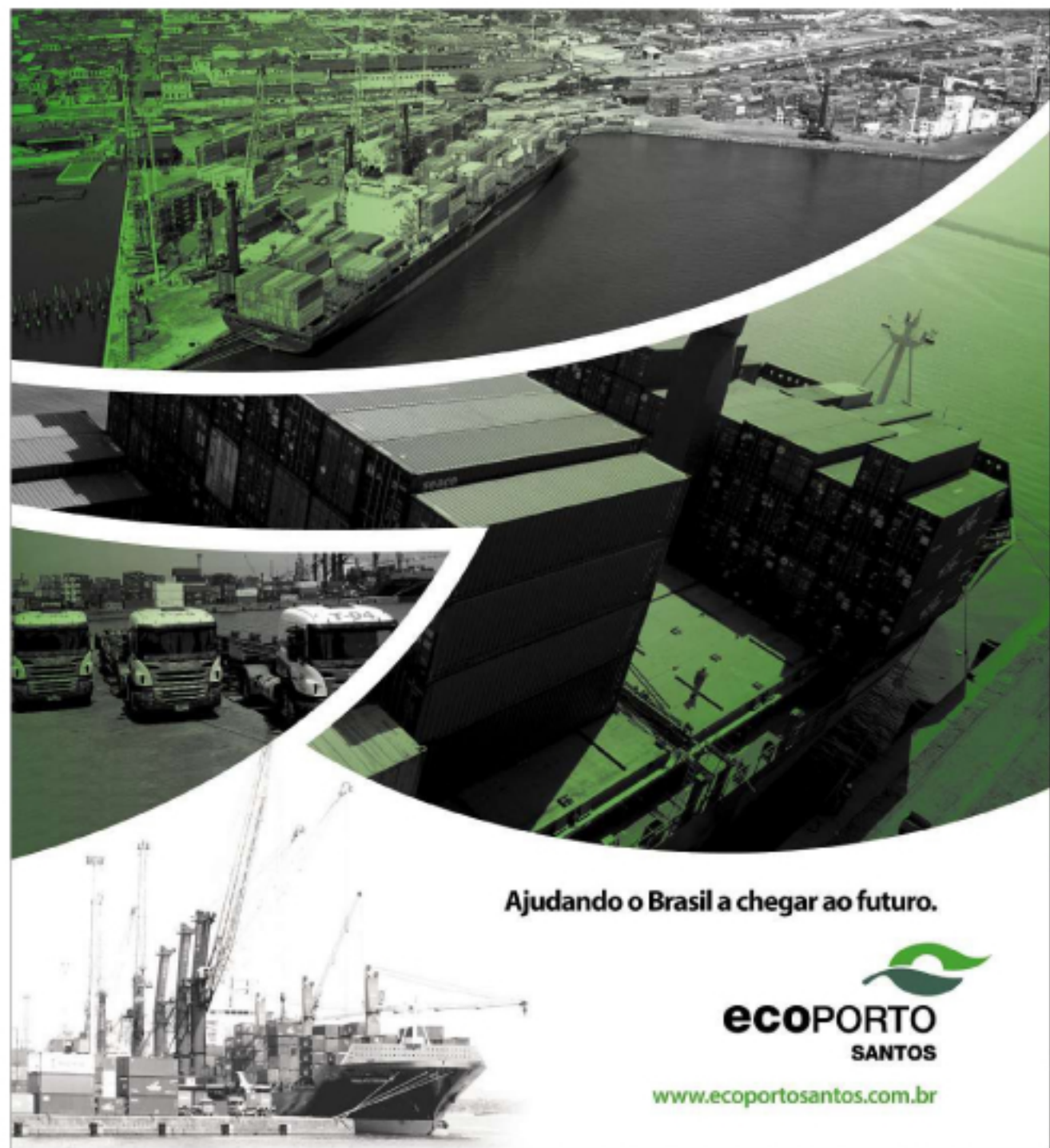
Segundo ele, os três problemas destacados pelos pesquisadores do Ibre não podem ser resolvidos da noite para o dia,

por isso, não são totalmente enfrentados na segunda fase do PIL.

EQUAÇÃO COMPLEXA

Até mesmo a questão do equilíbrio entre a vontade do governo de oferecer tarifas mais baixas nos serviços de infraestrutura concedidos e a exigência de retorno financeiro por parte dos investidores não está totalmente resolvida. "Vamos ver o que vai acontecer. Existe uma intenção do governo de viabilizar isso, ele deu mostras claras disso. Agora, vamos ver como se resolve essa equação complexa", diz.

Schymura diz que é urgente atrair investimentos privados. O problema é que a falta de regras claras e estáveis afugenta o investidor, pois os recursos aplicados em estradas, portos, aeroportos e ferrovias não são um ativo que pode ser vendido. Para ilustrar esse risco, Schymura relembra uma história que ouviu certa vez, sobre um empresário estrangeiro que analisava oportunidades de investimento no Brasil, em plataformas de petróleo, que na época eram fixas e não flutuantes. (Estadão Conteúdo).



Ajudando o Brasil a chegar ao futuro.

ecoPORTO
SANTOS

www.ecoportosantos.com.br